

Município da Lourinhã

Divisão de Contratação Pública e Projetos

Aquisição de Bens e Serviços

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusulas Jurídicas Gerais e Cláusulas / Especificações Técnicas

Procedimento por Consulta Prévia

[Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código Contratos Públicos, na sua atual redação]

Aquisição de Bens Móveis

Aquisição de produtos para cuidados pessoais – Papel e Sabonete

Procedimento com a referência:

CPG/3/2025

Valor base para efeitos do presente procedimento é de 48.840,35Euros

O **Vereador**, em Regime de Permanência a tempo inteiro da Câmara Municipal da Lourinhã, por Despacho da Delegação de Competências, datado de 12/09/2024.
(João José da Silva Serra)

ÍNDICE

CADERNO DE ENCARGOS.....	4
PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Capítulo I – Disposições gerais	4
Cláusula 1. ^a – Objeto.....	4
Cláusula 2. ^a – Contrato.....	4
Cláusula 3. ^a – Preço base	5
Cláusula 4. ^a – Prazo de vigência do contrato.....	5
Capítulo II – Obrigações contratuais.....	6
Secção I - Obrigações do Fornecedor.....	6
Subsecção I - Disposições gerais	6
Cláusula 5. ^a – Obrigações principais do fornecedor	6
Cláusula 6. ^a – Atualizações Jurídico-Comerciais	7
Cláusula 7. ^a – Conformidade operacionalidade dos bens.....	7
Cláusula 8. ^a – Local e condições de entrega dos bens	8
Cláusula 9. ^a – Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato	9
Cláusula 10. ^a – Objeto do dever de sigilo	9
Cláusula 11. ^a – Prazo do dever de sigilo	10
Secção II - Obrigações do Município da Lourinhã.....	10
Cláusula 12. ^a – Preço contratual	10
Cláusula 13. ^a - Condições de pagamento.....	11
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução	11
Cláusula 14. ^a – Penalidades contratuais.....	11
Cláusula 15. ^a – Força maior	12
Cláusula 16. ^a – Resolução por parte do contraente público	13
Cláusula 17. ^a – Resolução por parte do fornecedor.....	13
Capítulo IV - Caução e seguros.....	14
Cláusula 18. ^a – Caução	14
Cláusula 19. ^a – Seguros	14
Capítulo V - Resolução de litígios	14
Cláusula 20. ^a – Foro competente.....	14
Capítulo VI - Disposições finais	15
Cláusula 21. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	15
Cláusula 22. ^a – Comunicações e notificações	15
Cláusula 23. ^a – Contagem dos prazos	15
Cláusula 24. ^a – Legislação aplicável	15
PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS	16

ANEXO A	16
MAPA DE QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	16

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I | CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I – Disposições gerais

4

Cláusula 1.^a – Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o **fornecimento contínuo, por lotes, de produtos para cuidados pessoais, nomeadamente papel e sabonete**, destinados à Gestão de Armazém do Parque de Máquinas do Município da Lourinhã, pelo preço total global até montante de 48.840,35€ (quarenta e oito mil oitocentos e quarenta euros e trinta e cinco centimos) de acordo com o **mapa de quantidades e especificidades técnicas** definidas no **anexo A da Parte II | Cláusulas Técnicas** do presente Caderno de Encargos(CE).
2. Nos termos do número anterior é permitida a apresentação de propostas de acordo com os seguintes lotes:

Lote 1	Papel higiénico e Toalhas de mãos
Lote 2	Sabonete de mãos e Desinfetante

3. Aos concorrentes é permitida a apresentação de propostas relativas à totalidade de 1 (um) ou mais lotes, mas não a parte de um lote.
4. O objeto do contrato encontra-se definido com Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com código CPV – 33760000-5 Papel higiénico, lenços, toalhas de mão e guardanapos (lote 1) e código CPV – 33741000-6 Produtos para o cuidado das mãos (lote 2), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008 e passou a ser aplicável a partir de 15/09/2008.

Cláusula 2.^a – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e pelos seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª – Preço base

1. O preço base total do procedimento, para os efeitos decorrentes do disposto no art.º 47.º do CCP, é de EUR: **48.840,35€** (quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todos os fornecimentos que constituem o objeto do contrato.
2. O preço base estabelecido no número anterior é decomposto do seguinte modo:
 - 2.1 – Para o **Lote 1** – no montante máximo de **45.906,10€** (quarenta e cinco mil novecentos e seis euros e dez cêntimos), ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor;
 - 2.2 – Para o **Lote 2** – no montante máximo de **2.934,25€** (dois mil novecentos e trinta e quatro euros e vinte e cinco cêntimos), valor ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor.
3. O preço base teve em conta os preços apresentados e sede de consulta preliminar ao mercado e no histórico de anteriores procedimentos conforme previsto no art.º 35.º-A do CCP, na sua atual redação.

Cláusula 4.ª – Prazo de vigência do contrato

O contrato mantém-se em vigor até à entrega total dos bens no decorrer do presente ano e até ao limite de 31/12/2025, salvo se se consumirem antes desta data as quantidades a concurso, situação, esta que determina que o término do procedimento ocorra antes do referido prazo, em conformidade com os respetivos termos e condições definidas no **mapa de quantidades e especificidades técnicas** definidas no anexo A da Parte II | Cláusulas Técnicas do presente CE e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II – Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do Fornecedor

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 5.^a – Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos, nomeadamente nas cláusulas técnicas, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de fornecer os bens objeto do contrato de forma continua e de acordo com as necessidades solicitadas pelo gestor de contrato, no prazo máximo de até 15 dias consecutivos após a receção da respetiva Requisição Externa a emitir pela Gestão de Armazém de acordo com o **mapa de quantidades e especificidades técnicas** definidas no anexo A da Parte II | Cláusulas Técnicas do presente CE;
 - b) O fornecedor não pode impor quantidades mínimas, ou máximas, para os fornecimentos contínuos solicitados pelo gestor do contrato, com função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato;
 - c) Obrigação de fornecer os bens objeto do contrato devidamente certificadas com o **Rótulo Ecológico da União Europeia (Ecolabel)**, nos termos definidos no **mapa de quantidades e especificidades técnicas** do anexo A da Parte II | Cláusulas Técnicas do presente CE;
 - d) Obrigação de apresentar as Fichas Técnicas dos bens objeto do contrato;

- e) Obrigação de informar o Gestor do Contrato designado pelo Município da Lourinhã, de qualquer situação anómala ao normal fornecimento do bem objeto do contrato;
 - f) Se, no decurso do contrato, o adjudicatário deixar, por qualquer motivo, de possuir todos os requisitos exigidos para o fornecimento do bem, o contrato poderá ser resolvido pelo Município da Lourinhã, sem que aquele outro possa, pelo fato, ter direito a qualquer ressarcimento ou indemnização.
 - g) Obrigação de prestar toda a colaboração na resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos/erros e omissões na fase do fornecimento do bem objeto do contrato.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao bom fornecimento do bem objeto do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.^a – Atualizações Jurídico-Comerciais

1. O fornecedor deve comunicar ao Município da Lourinhã, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, e que altere, designadamente:
- a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
 - b) A sua denominação e sede social;
 - c) A sua situação jurídica;
 - d) A sua situação comercial.
2. O fornecedor obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

Cláusula 7.^a – Conformidade operacionalidade dos bens

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o fornecedor fica obrigado a dar conta do andamento dos trabalhos, promovendo sempre que necessário reuniões de coordenação com o **gestor do contrato**, designada pelo Município da Lourinhã, responsável pela execução deste contrato, nomeado pela entidade adjudicante, para a gestão do contrato em articulação com a entidade adjudicatária, com vista a verificar se

aquele reúne os requisitos técnicos definidos no presente convite e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do fornecedor, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. O fornecedor fica também obrigado a apresentar ao Município da Lourinhã um relatório final, ou relatórios intercalares, sempre que se justifique, com a evolução de todos os procedimentos objeto dos serviços a prestar e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
4. No final da execução do contrato, o fornecedor deve, caso se justifique, elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos na execução do contrato.
5. Todos os Relatórios, registos, comunicações, atas, e demais documentos elaborados pelo fornecedor devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 8.^a – Local e condições de entrega dos bens

1. Os bens objeto do presente contrato compreendem o fornecimento contínuo, por lotes, de produtos para cuidados pessoais, nomeadamente, papel e sabonete, destinados à Gestão de Armazém – DAF, do Parque de Máquinas e Oficinas do Município da Lourinhã nas seguintes condições:

1.1. PRAZO DE ENTREGA:

- Até 15 dias consecutivos após receção da respetiva Requisição Externa a emitir pela gestão de armazém – DAF.

As quantidades contratadas serão fornecidas de acordo com as requisições externas do Município, ao longo da duração do contrato de fornecimento, não podendo o fornecedor impor quantidades mínimas, ou máximas, para os fornecimentos solicitados pelo Município da Lourinhã.

1.2. LOCAL:

- Armazém do Parque de Máquinas do Município da Lourinhã, sito Estrada Nacional 247 – Km 14,400 Casal Novo – 2530-094 Lourinhã;

1.3. HORÁRIOS DE ENTREGAS:

- Entre as 08h00 e as 12h00 e entre as 13h00 e as 16h00.

2. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 9.^a – Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de 5 dias a contar da entrega do bem objeto do contrato, o Município da Lourinhã procede à respetiva análise, com vista a verificar se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o fornecedor deve disponibilizar ao Município da Lourinhã toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise do Município da Lourinhã a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade do bem entregue com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o Município da Lourinhã deve, disso informar, por escrito, o fornecedor.
4. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município da Lourinhã, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Município da Lourinhã procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise do Município da Lourinhã a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo fornecedor com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 5 dias a contar do termo dessa análise, declaração/auto de aceitação pelo Município da Lourinhã.
7. A emissão da declaração/auto a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 10.^a – Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Lourinhã, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.^a – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações do Município da Lourinhã

Cláusula 12.^a – Preço contratual

1. Pelo fornecimento do bem objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, o Município de Lourinhã deverá pagar ao prestador o preço constante da proposta adjudicada, não podendo, em qualquer caso, ser superior a **48.840,35€** (quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta euros e trinta e cinco cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sem prejuízo do preço base para cada lote descrito na Cláusula 3.^o do CE, sendo que:
 - a) O preço base do procedimento, para efeitos do art.^o 47.^o do CCP é, o resultado da soma de todos os valores dos lotes identificados na Cláusula 3.^a do presente caderno de encargos.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município da Lourinhã, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais

bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 13.^a - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Lourinhã, nos termos da cláusula anterior, deverão ser pagas após a receção, aceitação e verificação da conformidade do fornecimento e montagem dos bens objeto do contrato, pelo contraente público, da respetiva fatura, no prazo de até 30 dias, as quais só poderão ser emitidas após vencimento da obrigação respetiva.
2. As faturas deverão ser enviadas para o Município de Lourinhã – Coordenação Financeira, Praça José Máximo da Costa, 2530-850 Lourinhã, com a indicação do N.º Sequencial da Ficha de Compromisso, sem o qual a mesma não poderá ser aceite.
3. Não poderão ser propostos adiantamentos por conta do bem a fornecer.
4. Em caso de discordância por parte do Município da Lourinhã, quanto ao valor indicado nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de Cheque ou Transferência Bancária.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 14.^a – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Lourinhã pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos estabelecidos de acordo com o programa de trabalhos apresentado na proposta do adjudicatário, tendo em conta as especificidades técnicas do presente Caderno de Encargos.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município da Lourinhã pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto de contrato cujo atraso tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município da Lourinhã tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. O Município da Lourinhã pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município da Lourinhã exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.^a – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se forem verificados os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.^a – Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município da Lourinhã, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Pelo incumprimento no fornecimento do contrato superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o incumprimento excederá esse prazo;
 - b) Por deficiências graves no fornecimento especialmente quando reiteradas. Considera-se deficiência grave quando, designadamente, o fornecedor persistir no cumprimento defeituoso, após notificação da Câmara Municipal da Lourinhã para suprimir ou corrigir as deficiências identificadas.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinada pelo contraente público.

Cláusula 17.^a – Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:
- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, incluindo os juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Clausula 20.º.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Lourinhã, que produz efeitos 30 dias

após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

Capítulo IV - Caução e seguros

Cláusula 18.ª – Caução

De acordo com o estabelecido no n.º 2 do art.º 88.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, não é exigível a prestação de caução no âmbito do presente procedimento.

Cláusula 19.ª – Seguros

1. Sem prejuízo do número seguinte, não é exigível a apresentação de contrato de seguro, dos riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade e dos danos ou prejuízos causados pelo seu exercício relativamente ao Município da Lourinhã, ou a terceiros aquando da celebração do contrato a que se refere o presente Caderno de Encargos.
2. O Município da Lourinhã pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo de 5 dias subsequentes à respetiva notificação de adjudicação.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 20.ª – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 21.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

A cessão da posição contratual e a subcontratação estão vedados, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 317.º do CCP, na sua atual redação.

15

Cláusula 22.^a – Comunicações e notificações

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes, identificados no contrato.

Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.^a – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.^a – Legislação aplicável

Em tudo o omissso ou que suscite dúvidas no presente contrato, reger-se-á pela legislação portuguesa em vigor, e internacional, nomeadamente:

- a) Código dos Contratos Público, na sua atual redação.
- b) Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atualizada;
- c) Restante legislação aplicável.

PARTE II | CLÁUSULAS TÉCNICAS

ANEXO A

MAPA DE QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

16

FORNECIMENTO CONTINUO DE PRODUTOS PARA CUIDADOS PESSOAIS

MAPA DE QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS					
LOTE 1					
CPV 33760000-5 - Papel higiênico, lenços, toalhas de mão e guardanapos					
Código	Designação	Unidade	Quantidade	Especificações técnicas	Certificações Fabricante / produto
1.1	Papel higiênico extração central	Emb	240	- Papel higiênico de folha dupla; - Mínimo de 180 metros por rolo; - Embalagem com 12 rolos; - Compatível com o dispensador Kimberly-Clark Aquarius 7186.	- Rótulo Ecológico da EU (Ecolabel)
1.2	Papel higiênico jumbo	Emb	600	- Papel higiênico de folha dupla; - Mínimo de 120 metros por rolo; - Embalagem com 12 rolos.	- Rótulo Ecológico da EU (Ecolabel)
1.3	Toalha de mãos em rolo 300m	Emb	100	- Mínimo de 300 metros por rolo; - Embalagem com 6 rolos; - Compatível com o dispensador Kimberly-Clark Aquarius 7375.	- Rótulo Ecológico da EU (Ecolabel).
1.4	Toalha de mãos em rolo 100m - autocorte	Emb	80	- Mínimo de 100 metros por rolo; - Embalagem com 6 rolos; - Indicado para dispensadores autocorte.	- Rótulo Ecológico da EU (Ecolabel).
1.5	Toalha de mãos zig-zag - tissue	Cx	70	- Dimensão mínima da toalha de 20x20cm; - Mínimo de 2600 toalhas por caixa.	- Rótulo Ecológico da EU (Ecolabel).
1.6	Toalha de mãos zig-zag - recicladas	Cx	1100	- Toalha de mãos em papel reciclado; - Toalha de folha simples ou dupla; - Dimensão mínima da toalha de 20x20cm; - Mínimo de 2600 toalhas por caixa.	
Lote 2					
CPV 33741000-6 - Produtos para o cuidado das mãos					
Código	Designação	Unidade	Quantidade	Especificações técnicas	Certificações Fabricante / produto
2.1	Sabonete de mãos em gel - 5l	uni	200	- Sabonete em gel para uso geral; - pH: [5-6]; - Perfumado; - 5 litros/unidade.	

2.2	Desinfetante em gel p/mãos - 5 L	uni	25	- Desinfetante antisséptico para mãos;- 70-78% V/V;- pH: [5-6];- 5 litros/unidade.	
2.3	Sabonete de mãos em espuma - recarga 1000ml	uni	150	- Recarga de 1 litro; - Perfumado; - Compatível com a saboneteira Kimberly-Clark Aquarius 69480	- Rótulo Ecológico da EU (Ecolabel).

Notas:

O material em causa terá que corresponder às especificações técnicas definidas e identificadas no **mapa de quantidades e especificidades técnicas** definidas no **anexo A da Parte II | Cláusulas Técnicas** do presente Caderno de Encargos – Fornecimento contínuo, por lotes, de sabonete e papel do presente Caderno de Encargos.

Ao Município da Lourinhã, reserva-se o direito de, durante o período de apreciação das propostas, exigir a apresentação de amostras correspondentes aos artigos a que o fornecedor concorre.

(As eventuais referências a marcas, de materiais, de produtos ou equipamentos, são apresentados a título meramente indicativo do nível de qualidade pretendido, devendo entender-se como associadas ao termo "ou equivalente" e "ou tipo" nas descrições dos artigos que apresentem marcas são referências consideradas tipo, podendo ser substituídas por equivalentes.)